



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

**ATA DA 28ª SESSÃO SEMANAL DA COMISSÃO DE
FINANÇAS, ORÇAMENTO, OBRAS, SERVIÇOS
PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO URBANO – CFO
DATA DE REALIZAÇÃO: 9 DE AGOSTO DE 2022**

Às 9h08 do dia 9 de agosto de 2022, no Auditório Vereador José Nantala Bádue da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, localizada na Praça Hafiz Abi Chedid nº 125, com a presença dos vereadores Fabiana Alessandri, presidente, Tião do Fórum, vice-presidente, Camila Marino da Saúde e Sidiney Guedes, membros, foram declarados abertos, sob a presidência do primeiro, os trabalhos da 28ª sessão da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras, Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano no exercício. O edil Fábio Nascimento esteve ausente. Logo no início, a presidente **Fabiana Alessandri** agradeceu à assessoria da Casa e às pessoas que estavam acompanhando pela internet. Ato contínuo, foi cumprida a seguinte pauta: **1 Deliberação de atas de sessões anteriores:** Foi aprovada por unanimidade, sem manifestações, a ata da 27ª sessão semanal desta comissão, realizada em 02 de agosto de 2022; **2 Análise de matérias em trâmite: 2.1 Em regime especial, com prazo do relator e da comissão até 9/8/2022: 2.1.1 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21/2022**, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza o aporte de recursos para a modicidade tarifária do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Bragança Paulista e dá outras providências. A relatora **Fabiana Alessandri** registrou parecer favorável e fez resumo do que foi falado na audiência pública do dia anterior, afirmando que o Executivo está buscando uma alternativa para melhorar o sistema de transporte coletivo municipal, com a concessão de subsídio para garantir a prestação do serviço à população. Disse que esse financiamento público se faz necessário para que não se onere ainda mais o usuário e que tal iniciativa já vem sendo adotada em muitos municípios, incluindo São Paulo, Piracicaba, São José do Rio Preto e Atibaia. Explicou que a pandemia trouxe um grande impacto à operação e que a queda violenta no número de passageiros foi gerando *deficit* mês a mês e resultou em uma oferta de transporte público muito maior que a demanda. Disse que, de acordo com o que foi apresentado, o valor da passagem de R\$ 4,69 adotado desde o início pela JTP Transportes, Serviços, Gerenciamento e Recursos Humanos Ltda. não vem sendo suficiente e que a tarifa de remuneração – necessária para cobrir os custos reais do serviço prestado – foi calculada em R\$ 8,64. Explicou como esse cálculo foi feito – diferença entre a tarifa de remuneração e a tarifa pública multiplicada pelo número de passageiros pagantes – e ressaltou que o transporte público é um serviço essencial e um direito previsto na Constituição.

Afirmou também que o projeto tem base legal, que esse repasse por parte da Prefeitura é possível e que está sendo criada uma dotação no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA. Por fim, destacou que o Poder Executivo poderá abrir créditos especiais no orçamento vigente até o limite de R\$ 6.187.724,60, disse entender que essa é uma política pública necessária e comentou que, de acordo com o secretário municipal Dr. Tiago José Lopes, há segurança jurídica nesse projeto, mesmo com a judicialização do contrato firmado com a empresa. Com a palavra, o vereador **Sidiney Guedes** disse que acompanharia a relatora e que a audiência pública foi bem informativa, com mais de duas horas de debate. Afirmou que alguns pontos ainda carecem de esclarecimento, mas que serão elucidados até o horário da sessão ordinária. A vereadora **Camila Marino da Saúde** também se manifestou favoravelmente à matéria e destacou sua importância, mencionando a crise econômica atual e as pessoas que dependem do transporte público coletivo. Ao final, parabenizou a relatora e disse que o projeto está "*pensando no bem comum*";

3 Recebimento de matérias para designação de relatoria e notificação de prazos para emissão de parecer: 3.1 Em regime ordinário, com prazo do relator até 16/8/2022 e da comissão até 24/8/2022: 3.1.1 PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2022, dos vereadores Marcos Roberto dos Santos e Sidiney Guedes, que institui a Frente Parlamentar para debater especificamente políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente no que tange à prevenção do uso de drogas, violência sexual e segurança nas escolas - FEPARCA, nos termos da Resolução nº 03 de 11 de agosto de 2021. **Relatora designada: Camila Marino da Saúde;** **3.1.2 PROJETO DE LEI Nº 49/2022**, do vereador Marco Antonio Marcolino, que dispõe sobre declaração de utilidade pública. (*Declara de utilidade pública a Associação Bragantina de Atletismo - Abra*). **Relatora designada: Fabiana Alessandri;** **4 Outros assuntos de competência da comissão:** O vereador **Sidiney Guedes** propôs a retomada das visitas da comissão às obras públicas do município, alegando que o Executivo precisa do auxílio dos edis na fiscalização. Disse também que a população tem feito alguns apontamentos, daí a importância de tomar ciência e acompanhar. Sugeriu começar pela Praça José Bonifácio, argumentando que o cronograma da obra está atrasado e que a comissão precisa ir até o local para "*apertar os passos*". A presidente **Fabiana Alessandri** disse que essas visitas são necessárias e até uma obrigação da comissão. Pediu à assessoria para dar ciência ao Executivo, até para que seja designado servidor da pasta de Obras para acompanhar os vereadores, e propôs ida ao viveiro municipal a fim de ver o trabalho de plantio de mudas. A vereadora **Camila Marino da Saúde** sugeriu visita ao Lago do Orfeu e disse que recebeu do Executivo resposta sensata e de muita lisura, contendo inclusive apontamento do Ministério Público, a respeito da paralisação das obras e do dano irreparável ao



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

local e aos moradores. Comentou também sobre o plantio de árvores que vem sendo feito lá e destacou a importância desse trabalho junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ato contínuo, perguntou sobre o ofício que foi enviado ao secretário municipal de Obras tratando do Centro de Atenção à Saúde da Criança, do Centro de Atenção à Saúde da Mulher e do Centro de Referência à Saúde do Idoso e a assessoria informou que nenhuma resposta havia chegado até o momento. Novamente com a palavra, a vereadora **Fabiana Alessandri** lembrou de sua fala na última sessão ordinária a respeito de matéria do Jornal Bragança em Pauta que trazia o aditamento da obra da Avenida Atílio Menin sem as justificativas. Disse que, segundo o veículo de imprensa, essas informações não foram encontradas no Portal da Transparência e solicitou o envio de ofício ao Executivo questionando essa omissão. Todas as sugestões foram deferidas pelos vereadores presentes; **5 Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, os trabalhos desta sessão foram encerrados às 9h24, ficando os vereadores convocados para a 29ª sessão da CFO no exercício, a ser realizada neste auditório em 16 de agosto, a partir das 9h. De tudo quanto houve, eu, Glauca Arila Glauca Mariana Cesila Ferreira, Assistente de Gestão Legislativa, lavrei a presente ata, revisada por Marcelo Martins Marcelo Martins, Especialista em Gestão Legislativa, que, lida e considerada conforme, vai assinada pelos integrantes da comissão. Os pronunciamentos constam, na íntegra, dos serviços de gravação da Câmara Municipal, como arquivo permanente. Assessoraram os trabalhos desta sessão os servidores Glauca Mariana Cesila Ferreira e Muriel Mitsuco Kogima Kiyuna, do Departamento Legislativo, e Jaqueline Montoya Mariano, do Departamento de Comunicação Institucional. Os assessores de vereador Paulo de Lima e Thyago Arthur Higgins Domingues também estiveram presentes. Casa do Poder Legislativo, 12 de agosto de 2022.


FABIANA ALESSANDRI
Presidente


CAMILA MARINO DA SAÚDE
Membro


TIÃO DO FÓRUM
Vice-presidente


SIDINEY GUEDES
Membro